TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS ATUAIS E FUTUROS DE SISTEMAS TURISTICOS E ENCLAVES EM AMBIENTES NATURAIS

TOURISM AND SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS OF CURRENT AND FUTURE PROBLEMS OF TOURIST SYSTEMS AND ENCLAVES IN NATURAL ENVIRONMENTS

TURISMO Y SOSTENIBILIDAD: UN ANÁLISIS DE LOS PROBLEMAS ACTUALES Y FUTUROS DE SISTEMAS TURISTICOS Y ENCLAVES EN AMBIENTES NATURALES

Jose Roberto Da Silva Lunas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
lunas_uems@yahoo.com.br

Elimar Pinheiro do Nascimento
Universidade de Brasília
elimarcds@gmail.com

Resumo: Este estudo de casos de sistemas turísticos teve como objetivo comparar situações de desenvolvimento e suas perspectivas do ponto de vista da sustentabilidade. O produto deste trabalho alimentou uma posterior discussão aplicada aos casos dos nossos sistemas turísticos da Serra da Bodoquena e Pantanal. Os sistemas analisados são os do México e Costa Rica, que com seus diferentes estágios de seu ciclo de vida mantêm lições a serem consideradas. Os exemplos de México e Costa Rica são os mais discutidos por explorarem o turismo alternativo e o turismo ecológico, além de sua semelhança com o Brasil. O método de trabalho fundamentou-se em bases secundárias e foi dividida em uma visão das potencialidades turísticas, suas gestões, seus problemas e as suas perspectivas de futuro. Ao final se discutiu, à luz destes casos, padrões de crescimento e efeitos sobre a sustentabilidade dos sistemas turísticos.

Palavras-chave: Turismo Alternativo; Turismo ecológico; Ciclo de vida; Impactos ambientais; Impactos Sociais.

Abstract: This study compared cases of tourism systems and enclaves and their situations of development and sustainability. Their results contributed to establish the possible trajectories

of the tourism systems located in Mato Grosso do Sul state, Serra da Bodoquena and the Pantanal. The cases analyzed are those of Mexico and Costa Rica, with different stages of their life cycle. The greatest emphasis was on the systems of Mexico and Costa Rica for their similarities with the cases of Brazil. The working method was based on secondary bases and was divided into a vision of the tourist potentialities, their management, their problems and their perspectives for the future. At the end, common patterns of development and their effects on sustainability were discussed.

Key-words: Alternative Tourism; Ecotourism; Life cycle; Environmental impacts; Social Impacts.

Resumen: Este estudio comparó casos de sistemas y enclaves turísticos y sus situaciones de desarrollo y sostenibilidad. Sus resultados contribuyeron a establecer las posibles trayectorias de los sistemas turísticos ubicados en el estado de Mato Grosso do Sul, Serra da Bodoquena y el Pantanal. Los casos analizados son los de México y Costa Rica, con diferentes etapas de su ciclo de vida. El mayor énfasis se puso en los sistemas de México por sus similitudes con los casos de Brasil. El método de trabajo se basó en bases secundarias y se dividió en una visión de las potencialidades del turista, su gestión, sus problemas y sus perspectivas para el futuro. Al final, se discutieron los patrones comunes de desarrollo y sus efectos sobre la sostenibilidad.

Palabras clave: Turismo alternativo; Ecoturismo; Ciclo de vida; Impactos ambientales; Impactos sociales.

INTRODUÇÃO

A finalidade deste texto é a análise de alguns sistemas turísticos e a projeção de suas perspectivas de continuidade. A discussão dos efeitos do turismo é útil para o entendimento do que ocorre e o que poderá ocorrer com sistemas semelhantes como o da Serra da Bodoquena, e no Pantanal sul-mato-grossense. O turismo mundial conheceu um crescimento vertiginoso após a Segunda Guerra Mundial, mais recentemente, o que cresce substancialmente é o turismo ecológico e este tem sido mais ou menos danoso para os diversos sistemas turísticos que serão aqui relatados. É importante ressaltar que os danos podem ser crescentes já que o turismo em ambientes naturais cresce em ritmo mais acentuado que o turismo praticado em outros sistemas. Segundo *The International Ecotourism Society* (TIES) 2000, enquanto o turismo em geral cresce em torno de 7 % ao ano, o turismo ecológico cresce entre 10 % e 30 % ao ano já a OMT estimou-o em 15 % ao ano (HAWKINS; KAHN, 2002).

Os casos mais interessantes para que se tracem paralelos com os sistemas turísticos da Serra da Bodoquena e Pantanal são os do México, Costa Rica, Equador e Belize os quais, com suas experiências positivas e negativas, muito têm a ensinar, por já terem experimentado, em alguns casos, todos os estágios de seu ciclo de vida. Todos esses países, notadamente o México e Costa Rica, têm já uma longa história de erros e acertos com o turismo e sua análise em especial é interessante por explorarem o turismo alternativo e o turismo ecológico, além

de sua semelhança com o Brasil, por serem países em desenvolvimento. A menção aos efeitos dos enclaves turísticos é importante porque, ao que tudo indica, eles farão parte do futuro da de nossos sistemas turísticos.

O turismo na região do Caribe e América Central é sinônimo de pioneirismo. Países como o México, Costa Rica, Belize e Porto Rico iniciaram muito cedo essa exploração para tentar aproveitar a proximidade com grandes mercados emissores: Estados Unidos, principalmente, e Canadá, secundariamente. Porto Rico, por exemplo, iniciou seu planejamento para o desenvolvimento do turismo já em 1941, com sua inclusão como uma das possibilidades de desenvolvimento econômico do país. Em 1944, foi elaborado um primeiro estudo de viabilidade de implantação: *The Development of Tourism to Puerto Rico*, que analisava a possibilidade de implantação de *resorts*, para aproveitar a proximidade de grandes mercados emissores do Estados Unidos da América e Canadá (CARPENTER, 1964).

No México, a cidade de Acapulco iniciou o desenvolvimento do turismo também na década de 1940, firmando-se como um dos maiores polos turísticos mexicanos, assim com o polo turístico de Cancun, cujo desenvolvimento sem muito planejamento e controle, sentiu, a partir da década de 1970, os efeitos perversos desse crescimento desordenado na forma de exclusão social, especulação imobiliária, poluição ambiental e visual (FUENTES, 1979).

Mesmo sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou o turismo ecológico podem se tornar caóticos, quando a volúpia econômica sobrepuja o interesse ambiental, como no caso de Galápagos, onde a instalação de dois aeroportos elevou o número de chegadas para 41 mil visitantes anuais, quando a capacidade de carga recomendada é doze mil. Mesmo assim, prevê-se a construção de um terceiro aeroporto na Ilha Isabela, que irá elevar o número de chegadas para cinquenta mil turistas anualmente (WEARING & NEIL, 2001).

A preocupação principal de relatar efeitos do turismo sobre os sistemas, com atenção principal aos efeitos econômicos, ambientais, culturais e sociais, justifica a discussão dessa rica história de acertos e desacertos, como base para a avaliação das perspectivas do turismo da Serra da Bodoquena.

OS SISTEMAS TURÍSTICOS

A percepção da complexidade de um sistema turístico é crucial para a análise das perspectivas de sua sustentabilidade. O *sistema turístico* compreende todas as interfaces e elementos do processo de geração de um produto turístico, incluindo os atores participantes. Para entendimento do sistema, é útil discutir brevemente o conceito de sistemas e sua aplicação a um sistema turístico.

A visão mais sintética do conceito de sistemas compreende a identificação de um modelo teórico que envolve entradas (*inputs*), saídas *(outputs),* retroalimentação (*feedback*) e processo. Dentro das fronteiras do sistema (onde ocorre o processo) estão contidos: a) meio ambiente; b) elementos ou unidades; c) relações e atributos (BENI, 1998).

O conceito de sistemas torna-se importante para uma inferência, o mais próximo possível da realidade concreta, acerca do *estado* de um sistema turístico. As inferências serão derivadas da análise dos efeitos dos *inputs* e *outputs,* sobre seus elementos, relações e atributos. A preocupação com os fluxos energéticos e consumo desregrado de recursos naturais pode ser perfeitamente aplicada aos sistemas turísticos, na medida em que este, em seu processo transformador, apresenta uma grande complexidade de relações e atributos que não são de fácil gerenciamento (HALL, 2001).

Os atributos e as relações dos elementos de um sistema turístico são suscetíveis a algumas transformações, a depender do enfoque gerencial que seja estabelecido. O enfoque mercantil-utilitarista predominante busca transformar os sistemas em um produto, por meio da organização de um processo produtivo que transforma energia, materiais e informações, em serviços e produtos para o mercado (PETROCCHI, 2001). Dentro de tal lógica, as relações são construídas de forma a privilegiar a acumulação de capital, aumentando a entropia do sistema, no que diz respeito à exclusão social e consumo de recursos naturais.

O sistema turístico, segundo Beni (1998, p. 43-47.), deve ser considerado *aberto,* de forma a facilitar os "estudos multidisciplinares de aspectos particulares do turismo, possibilitando, assim, a realização de análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com poder de referência comum". O Sistema Turístico não é, necessariamente, delimitado por suas fronteiras físicas. Outras formas de delimitação podem ser adotadas, como afirma Petrocchi, para quem o sistema turístico é complexo, multidisciplinar e composto por muitos subsistemas:

> A *teoria de sistemas* permite flexibilidade para a sua aplicação. Um município litorâneo pode ser estudado como um sistema de turismo. Entretanto, as fronteiras do sistema não coincidem necessariamente com as fronteiras físicas desse município, pois o planejador deverá definir fronteiras diferentes para o sistema de turismo. A teoria de sistemas permite a alternativa de estudo de um distrito desse município como se fosse um sistema turístico. Assim como seria possível estudar um sistema turístico cujos limites abrigariam determinada região. Tal flexibilidade também existe no interior do sistema. Em um município podem existir subsistemas de hospedagem, de transportes etc. Também é possível estudar os subsistemas de hospedagem como um sistema único, dele derivando vários subsistemas: hotéis, pousadas para locação camping e outros mais que possam ser distinguidos (2001, p. 28).

Do ponto de vista do turismo alternativo e, mais especificamente, do turismo ecológico, sistemas turísticos organizados em áreas protegidas podem agregar atributos específicos, cujo manejo e gestão são mais restritivos e cuidadosos, e cujas fronteiras são mais facilmente delimitadas. Com relação ao manejo, o sistema tende a se preparar para dotar a sua infraestrutura e superestrutura de equipamentos e cuidados que reduzam a carga turística, de forma a diminuir os danos sobre o ambiente e, ao mesmo, tempo conduzam a um melhor serviço e mais segurança aos praticantes.

Já os sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou somente o turismo ecológico e compõem uma região, um município ou mesmo um país tem sua gestão mais

complexa, pois a delimitação de suas fronteiras é difícil e os elementos transformadores não são facilmente controláveis, consequentemente seus atributos também nem sempre seguem os princípios que devem permear o turismo sustentável. O que se verá a seguir são alguns relatos sobre como alguns destes sistemas turísticos foram implantados, têm sido geridos e qual é a avaliação de seus resultados em termos de sustentabilidade.

A proposição da segmentação turística subordinada a duas classes, a do turismo de massa e a seu modelo antagônico, o turismo alternativo é explorada por diversos autores, dentre eles Fennel (2002), Wearing e Neil (2001) e Ulate (2011). Esta organização pressupõe uma subordinação dos segmentos turísticos com pequeno número de visitantes e menor impacto na capacidade de carga, como o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo rural e turismo de aventura ao Turismo Alternativo, que se diferencia do turismo de massa, que exige infraestrutura que proporcione maior capacidade de carga.

O TURISMO NA COSTA RICA

Breve histórico do turismo na Costa Rica

A Costa Rica foi um dos primeiros países das Américas a se organizar para o desenvolvimento de turismo. Entretanto, no início da sua exploração, depois da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, ele existia apenas de forma incidental, em pequena escala (ANDREU, 2003, p. 402). Em 1969, o Instituto Costarriquenho de turismo registrou a entrada de 122 mil turistas estrangeiros procedentes, em sua maioria, dos E.U.A., deixando uma receita de 19 milhões de dólares (GUIN/FERL, 1979, p. 2944). Tal número representa 10 % da quantidade que recebe atualmente, com um total de 1,1 milhão de turistas estrangeiros (WTO, 2004), e 2 % do valor atual de divisas externas, de aproximadamente 1 bilhão de dólares em 2000.

Uma estrutura mais profissionalizada somente começou a ser implantada após o início da década de 1970, com a concessão de grandes incentivos fiscais e créditos facilitados para implantação de empreendimentos turísticos (ANDREU, 2003, p. 402). Também data de 1970 a implantação dos primeiros grandes parques públicos com áreas de preservação permanente. O turismo, porém, só se transformou em uma prioridade nacional a partir de 1985, com uma série de medidas governamentais tomadas para incentivar o incremento do fluxo e medidas econômicas para melhorar a renda do setor como, por exemplo, a depreciação acelerada do imobilizado das empresas turísticas.[1] O *boom* do turismo na Costa Rica ocorreu entre 1987 e 1995, quando foi observado um grande crescimento na entrada de turistas estrangeiros no país, passando, em 1993, a ser a sua principal atividade econômica, à frente da exportação de café e banana.

1 A depreciação acelerada é um artifício contábil que desvaloriza mais rapidamente, no Balanço Patrimonial, os bens fixos, como construções e equipamentos. Como essa desvalorização é contabilizada como despesa da organização o lucro apresentado é menor, consequentemente a empresa, além de renovar mais rapidamente seus equipamentos, paga menos imposto de renda.

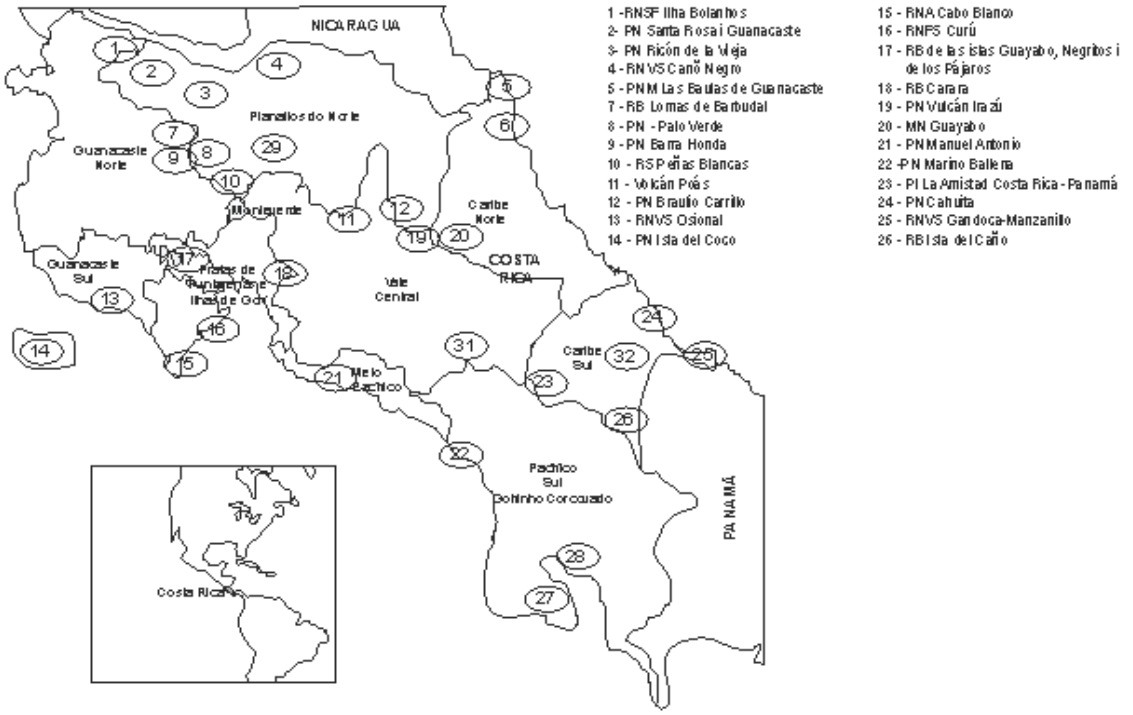
Notas sobre a organização e gestão do turismo na Costa Rica

O principal produto turístico da Costa Rica, no início das atividades, era o chamado turismo de sol, areia e mar. Quando da criação, na década de 1950, do Instituto Costarriquense de Turismo (ICT), não constava, entre suas prioridades, o turismo ecológico. Entre os anos 1987 e 1995, essa atividade cresceu e se tornou um meio de vida para muitos cidadãos nativos e estrangeiros que se dirigiram para a Costa Rica para empreender novos negócios. A partir de então, a Costa Rica posicionou fortemente a sua imagem como um destino ecoturístico, Brohman (1996, p. 65) indica a Costa Rica como um dos três países das Américas onde ocorreram os mais rápidos processos de implantação e desenvolvimento do turismo ecológico, além do Peru e do Brasil.

Da mesma forma, o turismo em áreas protegidas observou um grande crescimento, evoluindo de aproximadamente duzentos mil, em 1984 para 866 mil turistas em 1999. Dentre esses, aproximadamente 400 mil são estrangeiros (ANDREU, 2003). O turista estrangeiro típico que visita a Costa Rica não é exclusivamente ecoturista. Entretanto boa parte dos visitantes estrangeiros, cerca de 39 %, declara, como primeira finalidade, que vai a Costa Rica para viver atividades ou ver atrações baseadas na natureza (WEAVER, 1998). Tais turistas buscam roteiros que tenham duração média entre dez e quinze dias e compreendam diversos sítios, na maior parte áreas protegidas, e combinem atrativos ambientais, históricos e culturais. A maior parte dos parques públicos da Costa Rica são administrados por fundações e a essa autonomia é atribuída parte do sucesso do turismo ecológico da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002).

O sucesso desse país com o turismo ecológico deve-se à combinação de uma boa gestão com a rica biodiversidade do país. Devido a sua localização geográfica, em uma zona tropical, e às variações radicais de altitude — em alguns locais desde o nível do mar a 3.819 metros de altitude em apenas cinquenta quilômetros (Figura 1). Apesar de possuir uma área modesta de apenas 51.100 km^2, registra em suas fronteiras uma rica biodiversidade, e seu rico relevo abriga um conjunto montanhoso, um planalto central, a *Meseta Central,* e diversos vulcões ativos, além de estar servido, em suas duas costas, pelos oceanos Atlântico e o Pacífico. (WEAVER, 1998).

Figura 1 – Mapa das zonas turísticas da Costa Rica e localização das principais áreas protegidas públicas.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Instituto Costarriquense de turismo – ICT e Andreu, 2003, p. 202

A Costa Rica mantém uma área total protegida que abrange 21 % do seu território. Se acrescidos os 6,6 % ocupados por reservas indígenas este percentual sobe para 28 %, o que representa uma das maiores áreas protegidas da América Latina (op. cit., p. 87). Além das áreas públicas protegidas (Figura 1), aproximadamente 25 % do total protegido são constituídos de cinquenta reservas privadas que são aproveitadas, principalmente, na exploração de turismo ecológico (ANDREU, 2003, p. 418ss).

Um exemplo positivo de autossuficiência econômica e cuidados com a biodiversidade nas reservas privadas é o da Reserva *Monteverde Cloud Forest*. Com cerca de 50.180 hectares, é uma das reservas mais visitadas da Costa Rica com uma média anual de cinquenta mil ingressos e que mantém uma rica biodiversidade. Sua gestão é exercida por uma organização que não visa lucro, e se mantém com as taxas de ingresso cobradas aos visitantes. Da renda anual proveniente da venda de ingressos, 90 % do total são usados nos custos de manutenção do Parque e os outros 10 % são destinados para pesquisas do Centro de Ciência Tropical (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002).

Além da cobrança de ingressos, os parques públicos da Costa Rica são financiados por: (a) donativos; (b) taxas de concessão e uso (c) taxas de concessões de operação de torres de rádio e televisão nas áreas dos parques e da concessão para os zoológicos; (d) selos fiscais obrigatórios para emissão de alguns documentos como passaportes e também da renda líquida proveniente de lugares de entretenimento; (f) contribuições do Instituto de turismo da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002, p. 136).

Um dos pontos bastante positivos da organização do turismo alternativo na Costa Rica é a utilização de guias formados em biologia, que compõem 36 % do total de guias que atendem aos turistas nas áreas protegidas. O país aproveita muito bem seus parques públicos para ações de educação ambiental, como mencionam Eagles; Mccol e Haynes (2002, p. 30):

> Na Costa Rica […] foi necessário (desde 1960) que se desenvolvesse o gosto da apreciação, por parte da população em geral, da excepcional biodiversidade dos Parques em reservas naturais. Isso foi feito por meio de várias ações:
>
> • Encorajando a visitação dos parques pelos residentes (valorização do contato direto);
>
> • Canalizando experiências e facilidades educativas nos parques mais importantes (Ex.: construção de um centro de visitação interpretativa na entrada do Parque Nacional do Vulcão Poas);
>
> • Interpretação direta no sítio (aquisição de conhecimento direto, pontos de demonstração indicativa com materiais e interpretes a disposição dos visitantes);
>
> • Programa de educação ambiental nas escolas nacionais (assegurando, para as futuras gerações o entendimento da herança natural do país); e,
>
> • Encorajando visitas de estudantes (os parques mantêm, individualmente, programas de visitação escolar).

Algumas iniciativas de organizações internacionais, como *World Wildlife Fund* (WWF) e Fundação Neotrópica, dentre outras, procuram promover ações interativas com o turismo ecológico, com iniciativas para manutenção da cobertura florestal e construção de *ecolodges*[1] que aproveitem e envolvam os materiais e os conhecimentos tradicionais locais. Outro aspecto recomendável para que os sistemas turísticos sejam considerados sustentáveis é a inclusão social.[2] A Costa Rica mantém iniciativas que tentam seguir este objetivo: o projeto do Parque Nacional da Costa Rica em uma associação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Unesco, prefere residentes locais ao envolvimento estrangeiro em projetos de recuperação do Parque (WEARING & NEIL, 2001).

Uma iniciativa piloto, que agrega seis cooperativas rurais, tem unido mais de cem famílias em diversos projetos que visam aproveitar o fluxo turístico, com iniciativas que compreendem a organização de roteiros guiados, acomodações locais e a venda de produtos produzidos na região. Também se observa muitas agências de turismo especializadas em turismo ecológico.

Apesar dos diversos pontos positivos do ponto de vista social e de roteiros turísticos pré-estabelecidos, a visitação não é homogênea, tampouco o é a oferta de opções turísticas que, além das atividades tradicionais de visitação, opera também o turismo esportivo e o de

1 Hotéis ecológicos.

2 A Declaração de Berlin (BERLIN DECLARATION, 1997), resultante do Fórum para o turismo Sustentável realizado em 1997, indica, em seus objetivos específicos (item 8): "O turismo deve desenvolver-se de forma que beneficie as comunidades locais, fortaleça a economia e empregue força de trabalho da região e seja ecologicamente sustentável, use materiais e produtos agrícolas locais e habilidades tradicionais. Devem ser introduzidos mecanismos, incluindo políticas e legislação que assegurem o fluxo de benefícios para as comunidades locais".

aventura. Este é um dos problemas que os costarriquenses tentam resolver com a gestão dos roteiros turísticos (ANDREU, 2003).

Problemas do turismo na Costa Rica

Em razão dos avanços no fluxo turístico nas áreas protegidas, os efeitos negativos têm aparecido. As áreas mais visitadas apresentam impactos ambientais mais sérios e grande quantidade de lixo em alguns lugares mais frequentados, como resultados dos problemas de coordenação dos parques. Já nas áreas com baixa visitação, devido à falta de recursos, os investimentos em infraestrutura não têm sido suficientes para que sejam oferecidos serviços de boa qualidade aos turistas. Tais áreas são evitadas pelas operadoras de turismo do país, reduzindo sua rentabilidade e diminuindo ainda mais suas capacidades de investimentos. Os investimentos são imprescindíveis para que essas áreas protegidas se tornem mais competitivas, em termos de mercado, e se juntem aos outros parques mais evoluídos em seu manejo e cuidados com a natureza. (ANDREU, 2003).

As críticas internacionais com relação à exploração turística dos parques protegidos da Costa Rica são muito mais amenas que as próprias críticas internas, conforme registra Andreu (2003, p. 420):

> […] organizações como a FECON, Federação Costarriquense para a Conservação da Natureza, o termo **turismo ecológico** foi convertido simplesmente uma palavra que muitos utilizam para abrigar o afã de lucro dos investidores na atividade turística, que buscam unicamente ganhos e não se preocupam com a conservação dos recursos naturais.

A Costa Rica, ao mesmo tempo em que consegue, com a ajuda do turismo ecológico, aumentar seus recursos e suas áreas preservadas fora dessas reservas, é acusada de ser um dos países com as mais altas taxas de destruição de selvas tropicais. O turismo ecológico, principalmente em áreas privadas tem formado *enclaves* na sua implantação e manejo, criando complicações para sua imagem (HELMUT JANKA, apud ANDREU, 2003). A possibilidade de formação de enclaves por parte do turismo ecológico é real e será analisada em detalhes mais adiante.

Um sério problema verificado é o da ausência de uma estrutura adequada de gestão e planejamento que considere a variável turismo ecológico dentro dos parques públicos e privados. O resultado é que o sistema se encontra despreparado para organizar medidas que aumentem a capacidade de resiliência das trilhas, manter estratégias adequadas de dispersão dos turistas (organização de grupos nas trilhas), oferecer acomodação apropriada nos sítios, além de dispor de materiais interpretativos, planos de manejo do lixo e programas educacionais e de treinamento dos guias de turismo (WEAVER, 1998).

Não existe um perfeito entendimento entre a gestão do turismo e a gestão dos parques. As decisões do Conselho Nacional de Turismo e a dos responsáveis pela administração dos parques públicos em geral não consideram os impactos de longo prazo provocados pelo turismo. Os parques têm sofrido com as invasões ilegais por parte de mineradores e de agricultores ilegais nas áreas de preservação. Verifica-se, então, um embate entre quem busca a sobrevivência e os ambientalistas, os primeiros defendendo a necessidade de soluções para

as populações no entorno dos parques que necessitam de alguma atividade que possibilitem sua manutenção de forma sustentável e, os últimos, tentando manter intocados os ecossistemas protegidos nos parques.

Também representa sério entrave para a boa gestão do turismo na Costa Rica a inadequação da gestão dos fundos governamentais que, devido às dificuldades de um país submetido à instabilidade de uma economia sustentada pelo agronegócio e o turismo, não consegue manter um fluxo homogêneo de fundos e, consequentemente, dificulta a administração de investimentos e pesquisas que deles dependem. Com relação à gestão de fundos, residem ainda problemas de outra natureza: alguns parques que não conseguem se autossustentar com a exploração do turismo ecológico como o Parque *Tortugueiro,* por exemplo.

Também o fluxo de fundos internacionais carece de melhor gestão. A dispersão da gestão tem provocado redundância de ações na mesma área, dissipação de energias e rivalidades desnecessárias entre as organizações não governamentais que mantêm ações nas áreas de proteção. A dificuldade em se contabilizar e disponibilizar informações adequadas sobre quanto dinheiro tem sido alocado, consequentemente, provoca distorções na alocação de recursos. Isso acarreta outro problema: a exigência burocrática de cada vez mais documentos e relatórios para a liberação de novos investimentos, tornando mais custosa à gestão dos recursos em detrimento de outros gastos que poderiam ser mais úteis para o desenvolvimento das áreas protegidas.

Talvez o mais grave dos problemas apresentados com o sistema turístico da Costa Rica é que os efeitos positivos que poderia ter sobre as comunidades locais são duvidosos. A participação no desenvolvimento e gestão, na geração de renda e no incremento das economias locais têm sido modestos. Apesar de as comunidades do entorno dos parques indicarem um alto índice de satisfação com o crescimento do turismo, as organizações do *trade*, principalmente os grandes *ecolodges,* têm feito muito pouco para melhorar as condições de vida da comunidade. Apenas algumas empresas tomam a iniciativa de priorizar a contratação de guias locais e pessoas das próprias comunidades do entorno para servir aos turistas, oferecendo treinamento de forma a dotá-los da competência exigida.

O futuro do turismo na Costa Rica

Uma das ideias para que se resolvam os problemas de gestão dos parques públicos da Costa Rica é a implantação de megaparques com a absorção das zonas de amortecimento de parques próximos, de forma a reduzir os impactos ambientais com a criação de corredores ecológicos mais eficientes. Uma outra ideia é o aumento do valor das taxas de ingresso nos parques públicos para os turistas estrangeiros, de forma a reduzir a carga turística. Essa ideia tem esbarrado na falta de entendimento entre o Conselho Nacional de turismo, que é contra, e o Serviço Nacional de Parques, a favor.

A ideia da formação de um *cluster*[1] turístico é explorada por Segura e Inman (1998), que comentam acerca da necessidade de definição de uma identidade para a atividade turística local, ressaltando que isso somente ocorrerá com o surgimento de lideranças fortes no *trade* turístico e quando se superarem as disputas políticas internas que interferem negativamente na proposição de ações organizadoras do setor. Sobre as possibilidades de formação do *cluster* comentam:

> Se requer algumas coisas para que esta visão prevaleça: definir e vigiar o cumprimento de padrões de densidade na infraestrutura; prover assistência técnica às pequenas empresas em temas tais como padrões arquitetônicos, mercado e gestão, ecoeficiência, entre outros (SEGURA e INMAN, p. 8).

Independentemente dessa discussão, o governo planeja dobrar, até o ano de 2020, o fluxo turístico da Costa Rica (previsão de 2,3 milhões de turistas), com a construção de dezoito mil novas unidades habitacionais,[2] públicas ou privadas. Prevê-se a priorização de recursos para pequenas e médias empresas que ainda não mantêm uma boa infraestrutura turística (MÉXICO, 2002).

Esse grande projeto pode ter sucesso desde que o país encare os atuais problemas de estradas em mal estado, delinquência e exclusão social próximos aos seus parques, além de implantar ações que vise aprimorar a gestão dos parques com problemas financeiros e, assim, viabilizar seu funcionamento.

O TURISMO NO MÉXICO

Breve histórico do turismo no México

O México tornou-se um dos dez maiores destinos turísticos do mundo, investindo no turismo de Sol e Praia e tem a cidade de Acapulco como símbolo da gênese do turismo mexicano na década de 1940. No início da sua implementação o turismo era considerado uma atividade apenas complementar ante as perspectivas de industrialização da economia do país (ANDREU, 2003).

Apesar do grande crescimento do turismo a partir da década de 1970, seu desenvolvimento sempre se deu de forma incidental, com muito pouco planejamento. Na época, a Cidade de Cancun foi escolhida para ser a grande vedete do desenvolvimento turístico mexicano. Por iniciativa do Governo Federal, fez-se crescer, do nada, um portentoso complexo turístico. Após trinta anos de fundação, a cidade de Cancun oferece mais de vinte e cinco mil UHs. Além de Cancun outros dois importantes polos turísticos foram implantados: Zihuatanejo e Bahia de Banderas. Apesar do planejamento, como veremos adiante, diversos efeitos colaterais, não previstos ou cujas ações mitigadoras foram insuficientes, ocorreram com o sistema turístico de Cancun.

1 O conceito de *cluster* no turismo pressupõe que essa atividade depende de empresas relacionas — a montante, à jusante e na órbita de sua esfera de oferta de atividades de negócios, todos atuando de forma interligada (GOUVEIA; DUARTE, 2001, p. 17).

2 Unidade Habitacional – UH, corresponde a uma unidade de hospedagem (quarto, apartamentos, suítes etc.).

Tais polos foram planejados pelo governo central de forma a reduzir as diferenças socioeconômicas. Suas localizações seguiram critérios de avaliação que se definiram pela proximidade com zonas de baixa renda, com potencial de crescimento agrícola que pudesse interagir com a atividade turística e onde se pudesse impulsionar o crescimento de complexos agroindustriais (COLLINS apud BROHMAN, 1996). Os investimentos em infraestrutura foram financiados com recursos do próprio governo e empréstimos do Banco Mundial. Por essa época o setor turístico mantinha, aproximadamente, 190 mil empregos diretos e indiretos (ANDREU, 2003).

O grande impulso do turismo talvez se deva à criação do Fundo Nacional de Fomento ao Turismo (FONATUR), remanescente da união de dois fundos de financiamento ao turismo até então existentes. O FONATUR foi criado para financiar projetos turísticos e promover uma orientação estratégica da instalação de novos sistemas turísticos no país em áreas de interesse nacional (FUENTES, 1979). Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, o setor cresceu com projetos que aliavam investidores locais e cadeias internacionais especializadas, como a Rede Hilton, por exemplo, em cidades como Acapulco. Outros grandes centros turísticos, com foco no negócio do turismo de Sol e Praia, desenvolveram-se de forma não inteiramente planejada, como Cozumel, Mazatlán, Puerto Vallarta, Veracruz, LaPaz i Manzanillo, além de grandes cidades como a cidade do México, Guadalajara e Monterrey.

Um dos principais produtos alternativos, a predominância do turismo de Sol e Praia do México, localiza-se no estado de Chiapas. Ali, o turismo aparece como uma alternativa para a diversificação da economia extremamente centrada. O interesse e a visitação turística desse roteiro existem desde a década de 1920, entretanto, em 1988, a região atraiu a atenção do governo e de organismos internacionais em um projeto cooperativo para implementação do Programa do Mundo Maia, com princípios de sustentabilidade. A partir de 1995, iniciou-se a implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor de turismo da SECTUR, ambicionando aumentar o alcance da atividade nas regiões mais pobres do México, preservando os atrativos turísticos, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais.

Organização e gestão do turismo no México

Além do fabuloso patrimônio turístico representado pelo complexo baseado no Sol e Praia, o patrimônio histórico, cultural e natural do México é imponente. Da mesma forma que a Costa Rica, o país mantém uma grande biodiversidade e muitas áreas preservadas. No total são 103 áreas protegidas, públicas ou privadas que compreendem 8,9 % do território total do país que é de 1.973.550 km^2 (ANDREU, 2003). O Sistema turístico do país é gerido pela Secretaria de turismo – SECTUR.

A exploração do turismo ecológico no México é incipiente, não se constituindo no principal motivo da viagem dos turistas que desembarcam no país. Entretanto, mantém um grande potencial, como já foi mencionado, e conta com outros fatores que pode impulsioná-lo, como: a proximidade com um do s maiores mercados emissores do mundo, os Estados Unidos da América; as grandes possibilidades da combinação do patrimônio natural e histórico para oferta de produtos turísticos diferenciados e a possibilidade de interação com os demais sistemas turísticos da América Central. Um exemplo de como essa interação

pode ocorrer é o circuito ecológico do Mundo Maia, um roteiro turístico que envolve cinco países: Honduras, El Salvador, Belize e o próprio México (ANDREU, 2003).

O México é um dos oito principais destinos turísticos do mundo, com trinta e cinco milhões de desembarques em 2016 (WTO, 2017) ocupando, atualmente, cerca de 2 milhões de pessoas empregadas no setor, o que significa quase 9 % da população economicamente ativa (EDITUR apud ANDREU, 2003). Mantém uma oferta de produtos turísticos bastante diversificada (Figura 2) e uma boa interação entre estes produtos. O turismo de Sol e Praia tem ajudado a estimular o crescimento do turismo ecológico. Cancun, por exemplo, recebe aproximadamente 2,7 milhões de turistas por ano. Parte desse fluxo alimenta alguns dos principais sistemas turísticos do México, os estados de *Quintana Roo* e *Chiapas*, por exemplo.

Figura 2 – Principais sistemas turísticos do México



Fonte: Brenner & Aguilar, 2002, p. 512. Elaborado a partir de informações de México, 2004b.

O estado de *Quintana Roo*, além da extensa costa, abriga o sistema turístico da ilha de *Cozumel,* que recebe em seu Parque Nacional aproximadamente setecentos mil pessoas por ano, e a pequena Ilha das *Mujeres* que, na década de 1970, recebia em média quarenta pessoas por semana e atualmente são 1.800 visitantes por mês. Esse sistema é particularmente interessante em razão do envolvimento da população na sua gestão. Uma entidade formada por representantes do *trade* local e da sociedade civil, denominada *Amigos de Isla Contoy,* mantém diversas iniciativas para organizar o turismo e preservar a natureza. No estado de *Quintana Roo* proliferaram-se inúmeros "centros artificiais de contato com a natureza", basicamente grandes parques temáticos preparados para receber grandes contingentes de turistas e com atratividades exemplares de seus ecossistemas (ANDREU, 2003).

Já o estado de Chiapas, é um importante sistema turístico, com suas várias áreas protegidas e atrações, como o Parque Nacional *Cânon del Sumidero*, que abriga um *canyon* com 32 quilômetros de extensão ao longo do rio *Grijalda,* com paredes de até mil metros de altura. Outros estados mexicanos mantêm formas de exploração do turismo ligados à natureza, como *Yucatán*, cuja grande atração é a Reserva de *Ria Largatos,* que recebe aproximadamente trinta mil turistas por ano e o estado de *Michoacán,* que tem como atração estrela o Santuário de *La Papallona Monarca,* que recebe 150 mil visitantes ao ano, mas de forma muito concentrada, chegando a receber alguns dias até cinquenta mil pessoas (MÉXICO, 2004b).

Problemas do turismo no México

Um grande sistema turístico, combinado com décadas de erros na condução da política econômica do México, por certo, atraem grandes problemas. Um dos mais relatados se constitui na elitização e monopólio internacional do *trade* turístico. As políticas de financiamento e incentivos no início da implantação dos grandes complexos turísticos mexicanos, como Cancun, por exemplo, privilegiaram o já fortíssimo monopólio internacional que controla o turismo mundial. Segundo Fuentes (1979), os Estados Unidos da América puderam suspender as restrições ao turismo emissivo, a partir da década de 1960 porque a maior parte das divisas que saiam de seu país retornavam na forma de repatriação de lucros de grandes empresas como *Intercontinental Hotels Corp* e *Diners Club,* cujas ramificações controlam companhias aéreas, locadoras de automóveis, restaurantes, dentre outras empresas que exploram o turismo.

Essa elitização do *trade* pode ainda ser observado no reflexo sobre os hotéis controlados normalmente pelos investidores locais, a quem apenas resta hospedar os turistas nacionais, operando com uma taxa média anual de 50 % de ocupação no segmento de pequenos e médios empreendedores do *trade*, insuficiente para promoção de novos investimentos e amortização dos anteriores. Enquanto isso, as grandes redes internacionais que monopolizam o fluxo de voos *charter* e pacotes vendidos por grandes operadoras internacionais operam com uma taxa média de 70 a 80 % de ocupação.

No desenvolvimento do turismo mexicano na década de 1970, durante a implantação de novos polos turísticos, principalmente Cancun, foram criados diversos mecanismos legais e institucionais para possibilitar o drible das barreiras à chegada do capital internacional, principalmente da Constituição, que não permitia a estrangeiros a posse da terra. Foi utilizada a criação de parcerias financeiras (fundos de investimentos), determinadas pela posse de títulos divididos entre investidores nacionais e estrangeiros que controlam as empresas turísticas, mas a quem não é outorgada a posse da terra.

O processo de reforma agrária também foi um mecanismo utilizado, pois permitia a remoção de grande número de camponeses com a criação de novas áreas com implementação de programas sociais de reassentamento. Esta remoção possibilitava a desapropriação de áreas de "utilidade pública" para projetos governamentais e, dentre esses, os projetos de novos sistemas turísticos.

Os grandes polos turísticos têm desalojado também os pescadores que moravam nas proximidades. Esses pescadores ajudavam a preservar essas áreas, mas não possuíam títulos de propriedade, o que facilitou sua remoção. Assim, os grandes complexos turísticos surgiram, invadiram e dominaram extensas áreas nas costas do México (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p. 736). Não bastasse a mudança forçada dos moradores, estes se enfurecem com o aumento do seu custo de vida, provocado pelo crescimento da demanda originada pelos complexos hoteleiros (SCHLUTER, 2002).

Isso indica, em uma análise mais imediata, a capacidade do capital internacional em se apropriar da melhor parte dos lucros da atividade turística, sem o ônus das inversões necessárias para a implantação da infraestrutura, extremamente onerosa e arriscada e com amortização muito lenta, sem limitar sua capacidade de gestão e seu poder de influência na superestrutura (ordenação jurídico-administrativa), cujos gastos com *lobby* significam um custo muito menor.

O próprio *trade* turístico é responsável pelo maior número de ocupações ilegais de áreas protegidas na costa do México. De um total de 8.800 ocupações pelo setor do turismo, 2.200 são autorizadas legalmente e são contabilizadas 6.600 como ilegais (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

Na mesma direção, existem críticas ao processo de planejamento e ação de implantação do turismo em Cancun, indicando que o número de empregos criados foi aquém do que havia sido planejado e que os movimentos de migração da população, da zona rural para as imediações do Sistema Turístico de Cancun, não foram alvos de preocupações das políticas públicas da época, causando deficiências de abastecimento de água e de ordenamento das zonas residenciais de populações de baixa renda. Outro importante efeito é o da especulação imobiliária das regiões do entorno e dos locais de interesse do Sistema Turístico (FUENTES, 1979).

Com referência aos empregos criados, um problema que no turismo é recorrente, o da sazonalidade, também tem sido observado no México. Os trabalhadores menos qualificados sofrem mais com a perda do emprego durante as épocas de baixa temporada, principalmente em zonas onde existe um menor fluxo turístico. Como observam Archer e Cooper, este efeito está presente nos processos de implantação de sistemas turísticos em países em desenvolvimento:

> No nível operacional, os postos mais bem remunerados, mais "respeitáveis", nos hotéis e outros estabelecimentos são às vezes ocupados por estrangeiros que têm o necessário conhecimento técnico e experiência suficiente. Por outro lado, os empregos de remuneração mais baixa, mais desprezíveis, são reservados para a população local (2001, p. 91).

Os primeiros sistemas turísticos planejados de complexos turísticos do México apresentavam a preocupação focada nos impactos positivos da economia e já chamavam a atenção devido aos impactos ambientais e sociais negativos que causavam (ROGOZINSKI, 1980, p. 20). O intercurso dos turistas nas culturas tradicionais provocou rupturas em seus estilos de vida além dos, já mencionados, impactos ambientais, causados pela instalação da

infraestrutura destinada a propiciar conforto ao turista, como os grandes aeroportos, por exemplo.

Alguns grandes complexos turísticos foram responsáveis por drásticas alterações da paisagem com instalação de grandes estruturas sem preocupação com os efeitos negativos sobre o ambiente e com o meio de vida de algumas comunidades no entorno destes complexos como o aumento da prostituição e a degradação ambiental, por exemplo. Estes mesmos complexos foram responsáveis pela intensificação dos contatos com comunidades tradicionais alterando profundamente seus estilos de vida (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

O Complexo de Cancun hoje apresenta impactos sociais e ambientais negativos significativos, que se deixam transparecer, como menciona Fennel, na forma de "praias e lagos muito poluídos e o surgimento de uma economia marginal, entre os poucos capazes de captar os rendimentos do turismo e os muitos que literalmente foram deslocados da produção tradicional" (2002, p. 128).

O planejamento inicial do governo de integrar o turismo à agricultura tem falhado. Não se verifica uma integração local efetiva dos sistemas produtivos agrícolas com os grandes complexos turísticos. Os pequenos fazendeiros de Quintana Roo, estado que abriga o complexo de Cancun, por exemplo, fornecem apenas 9 % das aves domésticas, 4,5 % das frutas e 3,4 % dos vegetais consumidas pelo sistema turístico. O que dificulta essa integração é que apesar da intenção estar expressa no planejamento governamental, não foram desenvolvidas ações de assistência e treinamento destes pequenos fazendeiros de forma a dotar a produção do padrão de qualidade exigido pelo Sistema Turístico (TORRES, 2003).

No caso específico do turismo alternativo e, mais ainda, no turismo ecológico, o México ainda tem um longo caminho a percorrer para tornar a atividade mais sustentável. Em alguns sistemas se vendem como turismo ecológico práticas de visitas que, na verdade, apenas exploram a natureza. Verifica-se nestes sistemas, uma necessidade de maior profissionalização das operadoras especializadas. Na Baia de La Paz, por exemplo, algumas das vinte e duas operadoras especializadas cometem erros sendo condescendentes com turistas que querem, por exemplo, recolher "souvenires" como conchas, pequenos animais vertebrados ou mesmo permitindo a pesca durante mergulhos que deveriam ser de observação. Entretanto, neste local, observam-se esforços e programas voluntários de educação ambiental, envolvendo tais operadoras em trabalhos com as escolas da região (MONTEROS, 2002). Como se pode constatar, o México se apresenta como um grande ambiente de experiências boas e, principalmente, más, com a intensificação do desenvolvimento turístico.

Não existem dados estatísticos sobre o turismo ecológico no México que auxiliem a tomada de decisão para políticas públicas, permitindo um melhor direcionamento dos recursos destinados a esta complexa e enorme rede de polos turísticos. Os dados estatísticos são gerais e não consideram as peculiaridades da visitação em sítios como os Parques Nacionais e outros que aliam a exploração do patrimônio cultural e natural (LASCURÁIN, 1999).

O futuro do turismo no México

O fato de o México ter se tornado, antes dos demais países da América Central e Caribe,

um grande centro turístico, traz vantagens e desvantagens. Do ponto de vista de aprendizado acerca da gestão de grandes complexos turísticos como o de Cancun, pode-se dizer que o sistema turístico está bastante maduro e vem aprendendo com seus erros. Por outro lado, o turismo alternativo ainda tem muito que caminhar e aprender, até com seus vizinhos mais avançados em relação ao turismo ecológico, como a Costa Rica, Belize e Panamá, como afirma Lascuráin (1999).

O México deve aumentar os investimentos em seus sistemas turísticos, entre outras razões, pela necessidade de reduzir o maior crescimento populacional observado em suas costas. Os polos turísticos de Sol e Praia provocaram, nessas regiões, um inchaço populacional e o governo se preocupa agora em ordenar este crescimento, melhorar a gestão e aumentar a vigilância nas áreas protegidas localizadas próximo às costas, bem como a sua rica biodiversidade marinha (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

O país pretende organizar o processo de desenvolvimento de seus sistemas turísticos de forma a reduzir os efeitos negativos e alterar a imagem predominante de grande sistema turístico voltado para a exploração do turismo de Sol e Praia (LASCURÁIN, 1999). Segundo a OMT (WTO, 2004), o turismo para o interior do México — para sistemas combinados com atrativos baseados no patrimônio natural e cultural — vinha crescendo em torno de 5 % ao ano, após o atentado de 11 de setembro de 2001. Este crescimento arrefeceu, em razão da sua grande dependência de turistas proveniente dos Estados Unidos da América. Entretanto, é esperada a reativação desse crescimento no futuro o que poderá transformar esta modalidade de turismo na mais dinâmica em termos de crescimento e, se tomadas às decisões corretas e implementadas as ações adequadas, a mais sustentável.

Alguns aspectos positivos podem ser mencionados como a criação da Reserva Marinha *Hol Chan*, que não existiria sem a ação dos grupos de pressão que trabalharam para criá-la. Outros benefícios mencionados nas entrevistas com a comunidade são o aprimoramento dos meios de transporte entre a ilha e o continente e o aumento das opções de serviços e compras (McMINN & CATER, 1998).

É possível uma referência ao conceito de ciclo de vida de Butler (apud FENNEL, 2002), no desenvolvimento do turismo, destes sistemas turísticos, na pré-fase de instalação dos mencionados enclaves, quando se verifica o que se pode caracterizar como uma exploração pouco profissional, de um crescimento ainda lento do fluxo turístico, em pequenas pousadas ou hotéis sem muita sofisticação, que mantêm a expectativa de operarem com as rebarbas dos *resorts*. Neste período, segundo Hernandes, Cohen e Garcia, a atitude da população residente ainda é favorável à instalação dos *resorts* (1996). Com o tempo, este apoio se esvai, na esteira da percepção de que os benefícios não são tão grandes quanto pensavam e do inchaço das comunidades do entorno que atrai todo tipo de aventureiro e afoga a parca estrutura dos municípios ou localidades receptoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira importante constatação que se pode fazer após a observação do processo de criação e desenvolvimento de sistemas turísticos é a de que eles não são facilmente definíveis,

tampouco controláveis. Podem ser imensos complexos preparados para receberem grandes contingentes de turistas, operando com serviços em escala industrial ou se constituir em pequenas localidades remotas, com escassos serviços, vias e meios de transporte rudimentar e hospedagens espartanas, recebendo pequenos contingentes de turistas. O que é certo, é que seja em grande ou pequena escala, interferem na vida dos antigos residentes e no ambiente com consequências mais ou menos traumáticas.

Outra constatação é, novamente, a dificuldade com a definição das modalidades de turismo exploradas por estes sistemas turísticos. Embora tentem definir suas identidades estão sujeitos ao sabor da evolução do seu ciclo de vida. Em geral, começam tímidos com turismo em baixa escala explorando o que se pode definir com diversos tipos de turismo alternativo como o turismo ecológico, o turismo rural ou turismo de aventura, sendo visitados por visitantes aventureiros. O que redefine sua identidade é a mudança da quantidade e do perfil dos visitantes que, com o tempo, começa a mudar obrigando os sistemas turísticos a uma readaptação de sua oferta de produtos. Quanto mais ele empreende esse esforço para mudar, mais acelera a modificação de sua identidade até chegar a ser um sistema maduro, atendendo a muitos visitantes e provocando maiores impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos.

Países e regiões turísticas têm se esforçado para definir focos de atuação e suas marcas e ícones culturais e comerciais. Na Costa Rica, o turismo ecológico é a prioridade, na Guatemala e Equador, procura-se explorar as potencialidades naturais e o forte apelo cultural, enquanto o México se debate entre o turismo de Sol e Praia e todas as diversas potencialidades turísticas que possui. A crise de identidade dos sistemas turísticos provoca dificuldades de planejamento e gestão, bem como em dúvidas sobre qual o posicionamento mercadológico a ser adotado de forma a atrair o turista com o perfil mais adequado para sustentar economicamente os empreendimentos turísticos e os interesses da comunidade e do ambiente. A quem atender primeiro também é outra dificuldade causada por esta crise de identidade, em geral atende-se primeiro ao interesse de quem tem o poder de reduzir o ritmo de seu crescimento ou mesmo descontinuá-los: os detentores do capital.

Estas constatações são reforçadas pela análise dos efeitos do turismo sobre alguns sistemas turísticos maduros ou em formação que, pelo que foi observado, mantém um saldo negativo no balanço entre os interesses dos investidores e os interesses da comunidade aliados com os da natureza.

É certo que o turismo é um sistema produtivo sem chaminés e que apresenta várias vantagens em relação a outros setores. Entretanto, há que se desmistificar a visão, que normalmente se tem, de que se trata de uma atividade totalmente limpa e que promove o desenvolvimento local de forma incontestável.

Quando os sistemas turísticos começam a ficar conhecidos e atrair a atenção dos grandes investidores, em seu estágio inicial provoca a especulação imobiliária e o deslocamento dos moradores originais para áreas marginais, além de imigração nem sempre positiva para os indicadores sociais da região. Também se experimenta um gradual aumento do custo de vida da comunidade.

Quando maduros experimentam diversos efeitos nocivos de seu próprio crescimento, como a geração de grande quantidade de lixo, sobrecarga da infraestrutura existente em períodos (sazonalidade), destruição e modificação do ambiente com a interferência sobre a fauna e a flora e efeitos sociais e culturais nocivos como o aumento do crime, prostituição e a alteração dos hábitos culturais da comunidade autóctone. Experimentam também o preço de seu sucesso na forma de uma certa hostilidade por parte da comunidade que o recebe e com o tempo percebe que ficou de fora da festa.

Do ponto de vista da estrutura político-institucional e da acomodação e definição do poder de grupos de pressão, a implantação dos sistemas turísticos em países em desenvolvimento reproduz processos imperialistas, cujas regras são ditadas pelo capital internacional, que apenas faz sua aparição, quando tem certeza de que pode transferir para os contribuintes dos próprios países, os maiores riscos da formação dos grandes complexos turísticos. Portanto, um dos importantes critérios para definição de turismo ecológico, que é a participação local na gestão, também é uma das que menos frequentemente ocorre nos sistemas turísticos.

Não obstante todos os problemas mencionados, paradoxalmente existem efeitos positivos como uma maior conscientização das comunidades quanto ao valor da natureza e a criação de áreas protegidas, além dos empregos criados (embora de forma em geral segregada), com a reserva das melhores vagas para pessoas de fora da comunidade e, ainda, algum desenvolvimento local na forma de diversificação da atividade agrícola e melhorias da infraestrutura de transportes e serviços públicos.

Resta, portanto, que o melhor a fazer é ter consciência dos riscos, tentar se planejar e se preparar para os efeitos que estão por vir e aprender a gerenciá-los em benefício da sustentabilidade dos sistemas turísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREU**,** Marta G. N. **Ecoturismo, conservación de la natura i desenvolupament local:** els casos de Méxie, América Central I les Grans Antilles. Tesi Doctoral, Universitat Rovira I Virgili, 2003.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). turismo Global. Tradução: A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do turismo.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BERLIN DECLARATION. Berlin Declaration: Biological Diversity and Sustainable Tourism. (1997) Disponível em <https://www.bfn.de/fileadmin/MDB/documents/ 031402_ berlinen.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRENNER, Ludger; AGUILAR, Adrián Guillermo. Luxury Tourism and Regional Economic Development in México. **The Professional Geographer**, v. 54, n. 4, pp. 500-520, Oxford: Blakwell Publishing, 2002.

BROHMAN, John. New directions in tourism for third world development. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, v. 23, n. 1, pp. 48-70, 1996.

CARPENTER, Bruce Rogers. **Puerto Rico's Planned Development of Tourism.** Ph.D. Thesis. Political Sicience, International law and relations. Michigan: The American University, 1964.

EAGLES, Paul F. J.; McCOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. **Sustainable Tourism in Protected Areas:** guidelines for planning and management. Word Commission on Protected Areas (WCPA). Cambrige: 2002. (Best Practice Guidelines Series, n. 8. – International Union for Conservation and Nature (IUCN)).

FENNEL, David. **Ecoturismo:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FUENTES, Ana Garcia de. **Cancun Turismo y Subdesarrollo Regional.** México: Universidad Autônoma de México, 1979. (Série Cuadernos) GUIN/FERL. Costa Rica: turismo. **Enciclopédia Mirador Internacional.** São Paulo-Rio de Janeiro: 1979. v. 6, pp.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HAWKINS Donald E.; KAHN, Maryam M. Oportunidades para o turismo Ecológico nos Países em Desenvolvimento. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo Global.** Tradução: A. M. Capovilla; M. C. G. Cupertino; J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Ecotourism Statiscal Fact Sheet** (2000). Disponível em: < http:// www.ecotourism.org>. Acesso em: mar. 2003.

JUDD, Dennis R. El turismo urbano y la geografía de la ciudad. **Revista eure**, Santiago de Chile, v. 29, n. 87, pp. 51-62, sept. 2003.

LASCURÁIN, Hector-Ceballos. **Estratégia Nacional de Ecoturismo para México.** Disponível em <Gopher://csf.colorado.edu>. Acesso em: 04 dez. 1999.

McMINN, Stuart; CATER, Erlet. Tourism typology**:** observations from Belize. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, v. 25, n. 3, 1998, pp. 675-699.

MÉXICO. Secretaria de Turismo. **Boletín hechos y tendencias del turismo.** n. 11, sept. de 2002. 16 pp. Disponível em: <http://www.sectur.gob.mx>. Acesso em: mar. 2004.

MONTEROS, Roberto Lopez-Espinosa. **Evaluating ecotourism in natural protected areas of La Paz Bay, Baja California Sur, Mexico:** ecotourism or nature-based tourism? Netherlands: Biodiversity and Conservation, 2002, n. 11, pp.1.539-1.550.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de Polos Turísticos.** São Paulo: Futura, 2001.

RIVERA-ARRIAGA, Evelia; VILLA-LOBOS, Guillermo. The Coast of Mexico: approaches for its management. **Ocean & Coastal Management**, n. 44, pp. 729-756. 2001.

ROGOZINSKI, Jacques. **The Impact of Tourism in the Economy.** The Mexican Case. PHD Thesis, University of Colorado, 1980.

SCHLÜTER, Regina. **Desenvolvimento do Turismo as Perspectivas na América Latina.** In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo Global.** Tradução: A. M. Capovilla, M. C. G. Cupertino e J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

SEGURA, Gustavo; INMAN, Crist. Inman. **Turismo en Costa Rica:** la visión a largo plazo, nov., 1998. disponível em: <http://www.uwstout.edu> Acesso em: abr. 2004

TORRES, Rebecca. Linkages between tourism and agriculture in Mexico. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: v. 30, n. 3, pp. 546-566, 2003.

ULATE, Allen Cordero. La vertiente social de los centros históricos del turismo. Los casos de playas de Coco, Limón y Puntarenas (Costa Rica). In: MULLOR, Ernest Cañada; BLÁZQUEZ, Macia. (Orgs.). **Turismo Placebo:** nueva colonización turística del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. Managua: Edisa, 2011.

WEARING, John & NEIL, Stephen. **Ecoturismo**: impactos, potencialidade e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

WEAVER, D. Bruce. **Ecotourism as Mass Tourism:** contradiction or reality? What's the difference between ecotourism and mass tourism? Not much, perhaps. Hotel And Restaurant Administration. Tourism-Cornell: Cornell University, Quarterly, 2001.

WORD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Mexico:** Country-specific: arrivals of non-resident tourists at national borders, by country of residence 2012-2016 **(09.2017)**. Disponível em <https://www.e-unwto.org >. Acesso em: maio 2018.